

Notas e informaçõesANC 88
Pasta 26 a 30
Setembro/87
085

A marca da indecisão

Dando por assente que o sr. Jorge Bornhausen se demitiu para manter-se fiel à sua convicção parlamentarista, resta saber os motivos pelos quais de repente o País acordou sob o impacto de uma crise política. Dir-se-ia, buscando analisar fatos passados, que tudo aconteceu em consequência da hostilidade do PFL pernambucano à pessoa do sr. Carlos Wilson, que seria designado superintendente da Sudene. Fraco pretexto, pois já antes esse cargo de grande importância eleitoral fora preenchido por rivais do sr. Marco Maciel e nem por isso se abriu crise. Apesar de fraco, o pretexto funcionou: Marco Maciel declarou a Aliança Democrática inexistente, Aureliano Chaves colocou o cargo à disposição para que se fizesse profunda reforma ministerial, o sr. Ulysses Guimarães irritou-se e o presidente calou-se. A crise está na ordem do dia — com um adendo, acrescentado às pressas depois do fim de semana: não se sabe quando será resolvida, apesar de à direita e à esquerda sucederem-se os pedidos de demissão.

Cuidou-se com muito carinho, antes de a crise irromper, de mostrar à opinião pública que o presidente da República não tinha e não tem condições de governar o País: em primeiro lugar, porque o sr. Ulysses Guimarães manda demais; em segundo lugar, porque os ministros não apóiam o presidente em seus esforços para manter o presidencialismo e os cinco anos; em terceiro lugar porque não se entendem, nem os integrantes dos partidos, nem os partidos entre si. Nesse clima, impunha-se a reformulação do quadro partidário.

Essa reformulação, é preciso que se diga, não é consequência do que se pensou fazer; tudo o que está acontecendo é decorrência da necessidade, entrevista pelo presidente e seus assessores mais diretos, de aglutinar em torno da pessoa do sr. José Sarney o número de deputados e senadores

suficiente para dar sustentação ao governo, vale dizer, aprovar todos os decretos-leis que estão dormitando no Congresso e mais aqueles que serão assinados enquanto prosseguirem os debates na Constituinte e o Congresso não se reunir. Toda a crise, em última instância, foi armada para implodir o PMDB e criar o PJS (Partido de José Sarney).

Em si mesma, a idéia não é má. Não se admite que a administração pública seja paralisada porque o grupo da *poire* quer isto, enquanto o sr. Sarney deseja aquilo. Não é concebível que o grupo do sr. Ulysses Guimarães governe, impondo os ministros da Fazenda e da Previdência Social; que o grupo do sr. Mário Covas decida contra o que pretende o presidente, ameaçando com grande estardalhaço se as coisas não andarem como pretendem seus integrantes; que o sr. Miguel Arraes, não se sabe por que artes, imponha sempre o superintendente da Sudene, seja capaz ou não; que o governador de Minas Gerais tenha, juntamente com os de São Paulo e Rio de Janeiro, importância tão grande nos destinos nacionais quanto são enormes as verbas que necessitam receber da União para poder administrar seus Estados. Em poucas palavras, não se concebe que todo o mundo mande e o presidente não governe.

Se a crise foi montada para dar ao presidente as condições de governar, ótimo! Que tenha desfecho feliz, para tranquilidade da Nação! Acontece que nem tudo são rosas para os planejadores do Planalto. Em primeiro lugar, trabalhando contra planos tão bem montados existe uma pessoa de grande peso político, que se chama José Sarney. S. exa. desenvolveu, ao longo desses anos, o pior dos atributos que o homem de Estado pode ter: a indecisão. Armada a crise com o objetivo de fortalecê-lo, o presidente da República quer ouvir as forças políticas. Ora, no quadro atual, ouvir pode

significar saber o que Ulysses e os representantes dos demais grupos têm a dizer *contra* aquilo que os amigos do presidente imaginaram. Apesar do grotesco da situação, é isso que poderá acontecer perdurando a timidez presidencial. Em segundo lugar, não se ponderou que os membros do PMDB que deveriam formar a nova base de sustentação do presidente devem estar pensando em seus futuros políticos, colocando-se a dramática questão: ser PMDB ou ser governo? Quem paga mais dividendos na próxima eleição? Enquanto não se decidem, os que cuidaram da armação da crise são obrigados a esperar, o que significa que, quando a crise se resolver, as condições poderão ser diferentes daquelas que se imaginava deveriam prevalecer. Em outras palavras, a solução desta crise de hoje não resolverá a crise maior, que é a da ingovernabilidade do sistema político.

O fato de o presidente julgar de seu dever ouvir os integrantes ou aos chefes dos diversos grupos é sinal evidente de que o presidencialismo de fato não existe. Aliás, que o Brasil vive em sistema híbrido, mistura de presidencialismo fraco e parlamentarismo forte, mas sem estrutura, sabe-se desde março de 1985, quando o sr. José Sarney assumiu a Presidência. Desde o início s. exa. se recusa a exercer as prerrogativas de seu cargo, talvez movido pelo cuidado de não magoar aqueles a quem tanto deve e que tanto mal podem fazer ao processo de redemocratização, criando obstáculos à sua ação na chefia do Executivo. Por isso, o presidente não age, nem mesmo quando tudo parece indicar que sua ação lhe trará benefícios.

Por tudo isso, a menos que se queira aceitar que o sr. José Sarney joga tendo em vista outros objetivos além da simples imploração do PMDB, a menos que a reforma ministerial se faça agora e já, deve esperar-se por novo parto da montanha.